

Petróleo. Emenda inconstitucional

Hartung propõe royalty igual para pré-sal

THIAGO GUIMARÃES

Governador esteve em encontro sobre energia promovido pela Federação das Indústrias de SP

DENISE ZANDONADI

dzandonadi@redegazeta.com.br

■ A distribuição igualitária entre todos os Estados e municípios dos royalties apurados a partir da produção de petróleo na camada pré-sal foi mais uma vez defendida pelo governador Paulo Hartung, durante palestra no 11º Encontro Internacional de Energia, promovida, ontem, pela Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

Hartung também defendeu a manutenção do atual sistema de distribuição no que se refere ao campos já licitados. Em sua palestra, o governador insistiu no fato de que a Constituição Federal prevê, no artigo 20, parágrafo 1º, aos Estados, municípios e Distrito Federal participação no resultado da exploração de petróleo e gás natural.

O governador Paulo Hartung fez sua palestra durante o painel "A Distribuição dos royalties", que também contou com a participação do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), do secretário de Desenvolvimento de São Paulo, Luciano Tavares, e do secretário de Energia do Rio de Janeiro, Júlio Bueno.

Ibsen Pinheiro apresentou, durante tramitação dos



GOVERNADOR. Manutenção do atual sistema

projetos do novo marco regulatório do pré-sal na Câmara, emenda alterando a distribuição de royalties de petróleo no país. Os projetos do marco regulatório, encaminhados ao Congresso pelo governo federal, não tratavam dos royalties. Eles seriam discutidos posteriormente, conforme acordo feito entre o presidente Lula e os governadores dos Estados produtores de petróleo.

O acordo não foi cumprido na Câmara, que aprovou a emenda de Ibsen. No Senado, Pedro Simon, também do Rio Grande do Sul, propôs que a União repasse para Estados e municípios produtores as perdas de royalties que forem repassados para outros Estados. A emenda pode ser vetada pelo presidente Lula.